

Sete propostas desde 1971

Até hoje, passaram pelo Congresso Nacional sete propostas para a representação política no Distrito Federal. Cinco foram arquivadas, sendo que duas delas por decurso de prazo e as outras por estarem enquadradas em artigos do Regimento Interno do Congresso.

Uma foi retirada pelo próprio autor, a outra está tramitando e a última aguarda há dois anos inclusão na ordem do dia.

A primeira proposta ocorreu em 1971, quando o deputado Alípio Carvalho (PDS-PR) pediu o estabelecimento de normas para eleições em

Brasília. O processo foi arquivado nos termos do artigo 118 do Regimento do Congresso. Em 1974, o assunto voltou, agora através do senador Adalberto Sena (MDB-AC). Ele mesmo retirou o projeto em 1979. O deputado Lidovino Fanton (PDT-RS), em 1976, propõe mais uma vez a representação e o processo é arquivado em 1979, pelo artigo 116 do Regimento do Congresso.

Em 1978, o senador Cattete Pinheiro (PDS-PA) tenta novamente. A matéria vai a plenário no dia 28 de novembro de 1978 e é declarada prejudicada por decurso de prazo. Já o senador Amaral Furlan (PDS-SP) aguarda desde 1979 a inclusão de sua matéria na

ordem do dia. Finalmente, em 1980, o deputado Eptácio Cafeteira (PMDB-MA) consegue o apoio de várias representações de classe e sua matéria vai a plenário em abril de 1981. Mais uma vez é prejudicada pelo decurso de prazo.

Parece que a última proposta de emenda à Constituição, nº 38, do deputado Alceu Collares (PDT-RS), é a mais cotada até hoje, tendo entrado na Comissão Mista no dia 19 de agosto de 1981. No mais tardar, segunda-feira ela estará na Secretaria-Geral do Senado, para ser colocada na ordem do dia até seis de novembro.